



DEFENDER O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE É DEFENDER UM DOS PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO SOCIAL

Incumbe ao Estado garantir o direito ao acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, à protecção na saúde, através do Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal, geral e tendencialmente gratuito.

Foi com o SNS que foram criados hospitais, centros de saúde, uma rede de cuidados de saúde primários, medicina preventiva, saúde materno-infantil, saúde sexual e reprodutiva, plano nacional de vacinação, serviços curativos e de reabilitação.

O SNS é um dos factores de progresso de Portugal que se foi aproximando aos países mais avançados no que respeita à saúde pública: a mortalidade infantil baixou significativamente, a esperança de vida aumentou e a qualidade de vida dos portugueses melhorou.

Nos últimos anos aumentaram as dificuldades no acesso ao SNS, degradou-se a sua qualidade, enquanto os portugueses pagam cada vez mais as despesas com a saúde.

O actual governo PSD/CDS, continuando as políticas de direita, está a lançar o ataque mais violento à protecção social da população.

A sua política com a privatização do que dá lucro, está a criar gravíssimos problemas aos utentes do SNS também com o encerramento de extensões de centros de saúde, serviços e valências hospitalares, urgências, maternidades, com o aumento brutal das taxas moderadoras, de preços de medicamentos, dos meios de diagnóstico.

Na União Europeia, os portugueses são os que mais pagam - 27% das despesas totais em saúde, numa média de 17% - sendo a comparticipação pública das mais baixas.

Cada vez há mais pessoas a não acederem aos necessários cuidados de saúde e cresce ainda o número de doentes que não compram a totalidade dos medicamentos prescritos.

O SNS não é responsável pela crise e pela recessão da economia. O governo pretende agora ir mais além, querendo destruir o Estado social, afrontando a Constituição da República Portuguesa, a par do aumento brutal do custo de vida, da carga fiscal, do desemprego e da redução também brutal dos rendimentos das famílias.

Não podemos separar o ataque aos serviços públicos do ataque aos seus trabalhadores com o atropelo dos direitos, a desvalorização salarial e das carreiras profissionais e o aumento da precariedade. A convergência no protesto e luta entre os profissionais de saúde e as populações é essencial para travar o plano do governo de destruição da protecção social.

O SNS é um dos pilares fundamentais das funções sociais do Estado e um factor determinante da coesão social. Por todas estas razões as organizações que constituíram a Plataforma em Defesa da MAC, decidiram alargar o seu âmbito de intervenção para a cidade de Lisboa, constituindo-se assim a PLATAFORMA LISBOA EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS), contra a privatização, contra os encerramentos de serviços públicos, por um SNS de qualidade, ao serviço das populações, aberta a todas as organizações que subscrevam esta luta por uma mudança urgente de política que defenda:

- 1. O acesso universal aos cuidados de saúde e com maior qualidade no SNS;**
- 2. Acabar com as Parcerias Público Privadas (PPP);**
- 3. A redução dos custos com a saúde dos portugueses;**
- 4. Mais meios humanos, técnicos e financeiros com melhor gestão e aproveitamento integral de todas as potencialidades e recursos;**
- 5. Serviços com mais capacidade de resposta e mais próximos das populações e reforço dos meios dos Cuidados de Saúde Primários (CSP);**
- 6. Dignificação das carreiras e justas políticas remuneratórias dos trabalhadores da saúde.**



A Plataforma Lisboa em Defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) apoia e apela à subscrição da Petição em Defesa das Funções Sociais do Estado, consagradas na Constituição da República Portuguesa, promovida pela CGTP-IN.

PLATAFORMA LISBOA EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

Comissão de Utentes da Cidade de Lisboa, Direcção Regional de Lisboa do Sind. Enfermeiros Portugueses, Movimento Democrático de Mulheres, Movimentos de Utentes dos Serviços Públicos, Sind. Médicos da Zona Sul, Sind. Trab. das Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, União dos Sindicatos de Lisboa – CGTP-IN